

**Josiane Barbosa Gouvêa**

Universidade Estadual de Maringá

(UEM, Brasil)

josidapper@hotmail.com

**Elisa Yoshie Ichikawa**

Universidade Estadual de Maringá

(UEM, Brasil)

elisa\_ichikawa@hotmail.com

## **ALIENAÇÃO E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE O COTIDIANO COOPERATIVO EM UMA FEIRA DE PEQUENOS PRODUTORES DO OESTE DO PARANÁ\***

### **ALIENATION AND RESISTANCE: A STUDY ON THE COOPERATIVE EVERYDAY IN A FAIR OF SMALL PRODUCERS IN PARANÁ WESTERN (BRAZIL)**

---

#### **RESUMO**

Com base nos conceitos de Certeau (2000), Heller (2000) e Lefebvre (1991), este estudo buscou compreender de que maneira os indivíduos se posicionam em seu cotidiano para romperem com os processos de alienação. A partir de uma pesquisa qualitativa, foi realizada a coleta dos dados em uma feira de pequenos produtores gerenciada pelo sistema cooperativo. A análise fundamentou-se nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa. Os resultados permitiram a compreensão de que, mesmo no ambiente cooperativo, o discurso capitalista é hegemônico e determina o posicionamento dos indivíduos. Assim, a perspectiva coletiva é relegada a segundo plano, em detrimento do crescimento individual.

**Palavras-chave:** Cotidiano; Estratégias; Táticas; Cooperativismo; Alienação.

---

#### **ABSTRACT**

Based on the concepts of Certeau (2000), Heller (2000) and Lefebvre (1991), this study aimed to understand how individuals position themselves in their daily lives to break through with alienation processes. From a qualitative research, the data collection were conducted in a fair of small producers managed by the cooperative system. The analysis was based on the theoretical assumptions of the French School of Discourse Analysis. The results allowed us to understand that, even in a cooperative environment, the capitalist discourse is hegemonic, and determines the individuals' positioning. Therefore, the collective perspective is relegated to the background, to the detriment of individual growth.

**Keywords:** Everyday; Strategies; Tactics; Cooperativism; Alienation.

**Universidade Federal do Espírito Santo**

**Endereço**

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras  
29.075-910, Vitória-ES  
gestao.conexoes@gmail.com  
gestaoeconexoes@ccje.ufes.br  
<http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm>

**Coordenação**

Programa de Pós-Graduação em  
Administração (PPGADM/CCJE/UFES)

**Artigo**

Recebido em: 30/07/2014  
Aceito em: 19/09/2014  
Publicado em: 26/06/2015

## 1. INTRODUÇÃO

Como agem os indivíduos em seu cotidiano? Seriam meros replicadores de ordens preestabelecidas ou construtores de sua própria realidade, apesar das regras? Em um ambiente com regras rigidamente estabelecidas e formalizadas, é possível que haja um processo de resistência e subversão ao estabelecido ou nos resta a alienação<sup>1</sup> e a aceitação?

Para que possamos compreender e buscar respostas a tais questões, é necessário entendermos o que é o cotidiano e as maneiras que os indivíduos exercem suas atribuições em seu dia a dia. A vida cotidiana é composta por diversos elementos e práticas individuais ou coletivas que, por vezes, passam despercebidos aos nossos olhos. Através de tais práticas, os grupos sociais trabalham, consomem e executam suas atividades a partir de formas culturais. Muitas vezes, essas práticas são simples, não podendo ser percebidas sem que se mergulhe em sua realidade, vivenciando, juntamente a esses indivíduos, o seu modo de fazer cotidiano.

O cotidiano é estudado por diversos autores. Para este artigo, utilizamos as abordagens de Heller (2000), Lefebvre (1991) e Certeau (2000). Heller (2000) afirma que o cotidiano não é questão de escolha e que o homem já nasce inserido em sua cotidianidade. A forma como a autora aborda as questões cotidianas remete, a todo o momento, ao pensamento de que nascemos em um mundo já “feito” (HELLER, 2000, p. 88). Para Lefebvre (1991), o cotidiano simplesmente acontece sem que nos demos conta e é realizado nas ações simples dos indivíduos, que estão sujeitos a se deixarem levar por possíveis elementos que visam “domestica-los”.

Certeau (2000), por sua vez, identifica o cotidiano como sendo o espaço propício à inventividade e à resistência, para que os indivíduos construam sua própria história. Certeau (2000, p. 19) afirma que, no estudo do cotidiano, “é natural que se perceba microdiferenças onde tantos outros só veem obediência e uniformização”, ou seja, a uniformização do cotidiano pode ser quebrada a partir das micropráticas individuais. Certeau (2000) afirma que as microrresistências são possibilitadas, uma vez que os indivíduos desenvolvem estratégias e táticas para “fugirem” do poder exercido sobre eles. Essas microrresistências são realizadas silenciosamente, apresentando-se apenas a quem estiver disposto a vê-las. Compreendemos, diante de tal reflexão, que estar disposto a ver essas práticas é estar disponível para um mergulho na realidade de seus “fazedores”.

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, alienação é entendida a partir do conceito defendido por Karl Marx, na obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Conforme Jinkings (2004), nessa obra, Marx apresenta o conceito de alienação como o processo de “coisificação” do trabalhador, que passa a ser visto como mercadoria, tornando-se um instrumento utilizado pelo capital para que esse sistema econômico mantenha sua hegemonia.

A partir disso, um ambiente que nos pareceu propício para o estudo, uma vez que nos possibilitava realizar esse mergulho, foi o das feiras livres. As feiras livres tiveram suas atividades iniciadas a partir do aumento populacional e da necessidade de organização do comércio. De acordo com Pirenne (1982), as feiras livres são centros de intercâmbio em grande escala, que se esforçavam para reunir o maior número possível de homens e produtos. Em sua maioria, elas apresentam uma característica peculiar relacionada ao seu espaço físico, que é alterado para a sua realização e que, após o seu término, volta ao arranjo original. Assim, há a necessidade de produção de um espaço sempre que as atividades da feira são realizadas (ALMEIDA, 2009). De forma geral, esse modelo de atividade caracteriza-se como pontos de comercialização de produtos de pequenos produtores, ou seja, são voltadas para a agricultura familiar, oportunizando aos mesmos uma forma de gerarem renda através da venda dos produtos por eles produzidos. Nas feiras livres, a dinâmica urbana é substituída pelo ato aparentemente simples de compra e venda de alimentos, que, no entanto, está carregado de significados importantes para a análise das práticas cotidianas.

Nosso estudo foi realizado em uma feira de produtores da agricultura familiar, na região Oeste do Paraná. Ela possui algumas características que a difere das feiras livres tradicionais. A primeira delas diz respeito à periodicidade da feira, uma vez que ela ocorre diariamente, com horário de atendimento comercial. Em virtude disso, sua realização não é possível no ambiente da rua, como é praxe nas feiras tradicionais. Outra característica que a diferencia é a sua gestão, realizada a partir do conceito de cooperativismo.

O cooperativismo, em sua concepção original, apresenta o ideário do crescimento coletivo como principal bandeira, uma vez que surgiu no ápice da introdução do capitalismo. Seria, portanto, uma alternativa a tal sistema econômico. No entanto, no decorrer dos anos, o modelo capitalista “invadiu” também as organizações cooperativas, que passaram a ser uma alternativa dentro do sistema, ou seja, apesar de ainda atuarem levando em conta princípios cooperativistas, suas ações e posicionamentos as incorporam ao ambiente capitalista. Destarte, os sujeitos envolvidos no ambiente cooperativo convivem com dois discursos aparentemente antagônicos: o desenvolvimento através da cooperação, que remete à concepção do conceito cooperativo; e o crescimento individual, vinculado à visão capitalista.

Diante de tal perspectiva, o presente estudo objetiva, através da análise e observação das atividades e ações desenvolvidas no ambiente de uma feira de agricultores familiares, vinculada à gestão cooperativa, compreender de que maneira os

indivíduos se posicionam em seu cotidiano a fim de romperem com os processos de alienação inerentes ao mesmo.

As reflexões teóricas, bem como os aspectos encontrados em campo, serão apresentados da seguinte forma: inicialmente, abordaremos os conceitos de cotidiano, a partir das perspectivas acima descritas; a seguir, serão explicitados os procedimentos metodológicos da pesquisa; e, ao final, apresentaremos as respostas encontradas em campo, seguidas das conclusões do trabalho.

## 2. AS PERSPECTIVAS DO FAZER COTIDIANO

A vida cotidiana é composta por diversos elementos, por práticas individuais ou coletivas, muitas vezes, silenciosas, desenvolvidas por indivíduos comuns, que, no entanto, possuem alto grau de relevância para o ambiente em que se inserem, inclusive no ambiente das organizações. A partir disso, compreendemos que pensar sobre o cotidiano implica descobrir o incomum naquilo que é diariamente repetido. Segundo Levigard e Barbosa (2010), os estudos sobre o cotidiano desenvolveram-se no bojo das transformações que aconteceram no terço final do século XX e, conforme afirma Guimarães (2000), procuram trazer novos elementos para se pensar o próprio cotidiano, o que permite ir além das formas de pensamento do senso comum. Segundo Paulo Netto e Carvalho (2012, p. 14), “todos os estudos sobre a vida cotidiana indicam a complexidade, contradição e ambiguidade de seu conteúdo. E o que é mais importante, a vida de todos os dias não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimento e prática social.”.

Diversos autores ao longo desse período passaram a pesquisar os conceitos relacionados ao cotidiano, dentre eles, Agnes Heller, Henri Lefebvre e Michel de Certeau. Buscaremos, dessa maneira, apresentar os conceitos de cotidiano à luz das considerações desses estudiosos. Entendemos que o estudo desse cotidiano nos ambientes em contínuas mudanças que nos cercam constitui um processo de diversas alternativas e de contextos a serem desvelados.

### 2.1. O cotidiano nos estudos de Heller e Lefebvre

Agnes Heller possui base marxista, tendo sido assistente de Georg Lukács, e permaneceu na Hungria até meados de 1978, quando foi para os Estados Unidos e passou a manifestar uma posição mais heterodoxa em relação ao pensamento marxista. Muitos foram os temas abordados por ela durante sua trajetória, no entanto, de acordo com Mafra (2010), o

estudo do sujeito empírico e seu cotidiano tornou-se o foco principal de seus estudos. Na perspectiva de Heller (2000, p. 17),

[...] a vida cotidiana é a vida de todo o homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. [...] A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade.

Essa visão do cotidiano apresentada por Heller (2000) demonstra o pano de fundo de seus estudos relacionados ao tema, uma vez que, para ela, o cotidiano se dá de maneira independente e está inevitavelmente vinculado às ações individuais que desenvolvemos em nosso dia a dia, bem como a ações já desenvolvidas e postas em prática na sociedade. Para a autora, a vida dos indivíduos implica necessariamente na existência da cotidianidade.

Heller (2000) apresenta alguns aspectos que considera fundamentais para a realização das atividades cotidianas. Para a autora, não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. Ela considera que tais fatores são preponderantes para o desenvolvimento da vida no cotidiano, pois, a partir deles, podemos burlar, por alguns instantes, o ambiente alienante do cotidiano. Nessa perspectiva, Veroneze (2013) salienta que não é possível, na realidade social do mundo capitalista, vivermos fora da cotidianidade alienada e alienante, porém, é possível não nos tornarmos alienados e alienantes diante dos fatos mais corriqueiros, imediatos e mecanizados da cotidianidade. Para Heller (2000, p. 18),

[...] o homem nasce já inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade.

Portanto, Heller (2000) salienta que os fatores acima descritos fazem com que os indivíduos possam, em alguns momentos, ser adultos, ou seja, possam realizar suas atividades de maneira independente. De acordo com a autora, sem a existência de tais fatores, não há cotidianidade. Esses fatores permitem ao ser humano se desvincular, ainda que temporariamente, do cotidiano, este sim, considerado alienante. Conforme salientam Paulo Netto e Carvalho (2012), buscar esse distanciamento da vida cotidiana

não é uma fuga, mas um circuito no qual é possível sair e retornar de forma modificada. Essas suspensões, segundo os autores, enriquecem a percepção do indivíduo em relação à sua cotidianidade, ou seja, é um espaço onde o acaso, o inesperado, o prazer profundo, de repente descoberto num dia qualquer, eleva os homens dessa cotidianidade, retornando a ela de forma modificada.

A abordagem do cotidiano traz ainda outro nome de destaque: Henri Lefebvre. Filósofo francês com orientação marxista, esse autor trouxe contribuições importantes em relação ao estudo do cotidiano. Lefebvre (1991) apresenta, diante da objetividade marxista, a importância de se entender o indivíduo. Conforme apresenta Barreira (2009), Lefebvre (1991) propõe incluir o estudo do cotidiano no método marxista, visando referenciar os seus conceitos a partir da realidade vivenciada pelos indivíduos em seu dia a dia. A partir disso, tem-se Lefebvre como o primeiro autor a analisar o cotidiano, elevando-o à esfera teórica no ambiente de estudos marxistas. Para Lefebvre (1991, p. 31), o cotidiano é

[...] o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. E isso sem que o interessado tenha de examinar as articulações dessas partes. É portanto aquilo que não tem data. É o insignificante (aparentemente); ele ocupa e preocupa e no entanto não tem necessidade de ser dito.

Portanto, Lefebvre (1991) entende o cotidiano como sendo o estudo sob a ótica dos sem voz. Ele salienta que, se pegarmos o calendário de determinado período e escolhermos aleatoriamente uma data e, a partir dela, formos buscar saber o que se passou na vida das pessoas – denominadas “sem importância” pelo autor – nesse dia, não encontraremos nada que possa dar algum direcionamento de como era o cotidiano delas. Lefebvre (1991) diz que apenas a publicidade (ainda ingênua), as banalidades, as pequenas informações marginais lhe dão ideia do que emergiu no centro da vida cotidiana durante essas horas. Assim, pode-se perceber que a história que nos é transmitida, aquela que aprendemos na escola, é contada a partir não da vivência das pessoas simples, mas da vivência de uma minoria que se sobressaía no grupo, ou ainda a partir de interesses individuais.

Conforme apresentado por Paulo Netto e Carvalho (2012), Lefebvre vê no Estado e na produção capitalista maneiras de alienação do indivíduo em seu cotidiano, uma vez que o primeiro assume o papel de gestor da sociedade, gestão esta que tem por base o cotidiano, enquanto o segundo introduz produtos que visam transformar a vida dos indivíduos e, assim, os alienam. Segundo os autores, “vista sob um certo ângulo, a vida

cotidiana é em si o espaço modelado (pelo Estado e pela produção capitalista) para erigir o homem em robô: um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva e que abdicou de sua condição de sujeito, cidadão.” (PAULO NETTO; CARVALHO, 2012, p. 19).

A partir de uma análise da obra de Lefebvre, vemos a maneira como o autor percebe as atividades cotidianas, que são manipuladas pelos interesses do capital, levando os indivíduos a aceitarem passivamente aquilo que é estabelecido, sem qualquer questionamento. Paulo Netto e Carvalho (2012) pontuam que a vida cotidiana é, para o Estado e para as forças capitalistas, fonte de exploração e espaço a ser controlado, organizado e programado.

No contexto ora apresentado, os indivíduos estão imersos no cotidiano e não têm condições de alterar sua estrutura. De acordo com o que salienta Veroneze (2013), o modelo de produção capitalista torna o sujeito vítima de si mesmo, uma vez que ele é violentado pelos processos de industrialização, de mercantilização e de consumismo e também pela imediatividade da vida. Segundo o autor, nesse processo, as relações sociais acabam por ser produzidas e reproduzidas por formas alienadas ou alienantes e de exploração, geradas substancialmente pela lei do “mais forte”, do “mais rápido”, do “descartável” (VERONEZE, 2013). Para Heller (2000) e Lefebvre (1991), portanto, vivemos submetidos ao cotidiano, exceto em alguns momentos em que nos é permitida, de alguma maneira, a desvinculação.

## 2.2. A abordagem do cotidiano de Michel de Certeau

Em meio às concepções teóricas que abordam o cotidiano, tem-se a perspectiva de Michel de Certeau (2000), que inverte a lógica científica na qual se tinha como questionamento principal: Criar o que e como? Para o autor, a pergunta passa a ser: Como se criar? Isso é a invenção do cotidiano, quando o olhar se volta para o modo pelo qual as práticas diárias são desenvolvidas. Certeau (2000) salienta ainda que é necessário voltar-se para a proliferação disseminada de criações anônimas e percíveis que irrompem com vivacidade e não se capitalizam. Para ele, os indivíduos não são passivos replicadores de ordens preestabelecidas, ao contrário, são seres criativos que inventam a sua própria história através das ações desenvolvidas em seu cotidiano. Essas ações, no entanto, são sutis e silenciosas, uma vez que são desempenhadas no interior das estruturas formais estabelecidas. A partir de tal perspectiva, Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 31) assim definem o cotidiano:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. [...] O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. [...] É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. [...] Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional”, ou desta “não história”, como o diz ainda A. Dupont. O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível...

O estudo do cotidiano possibilita, portanto, o contato com ações e práticas que, em grande parte do tempo, passam despercebidas aos nossos olhos, uma vez que estão fixas nas ações tomadas a partir das normas e formalidades instituídas e impostas a nós de alguma maneira. Diante disso, Certeau (2000) afirma que o que se busca detectar é uma produção escondida, disseminada através dos sistemas da produção, e que, muitas vezes não é percebida, já que esse sistema dominante não deixa espaço para identificarmos as marcas deixadas pelos fazedores do cotidiano. As ações cotidianas, nesse contexto, apresentam-se de maneira silenciosa, formando um contraponto em relação aos padrões estabelecidos, como afirma Certeau (2000, p. 39):

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de consumo: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante.

A partir dessa visão, o autor apresenta uma relação paralela entre os aspectos formais instituídos e as ações dos indivíduos em seu cotidiano. Entendemos que, ao dizer que a essa produção racionalizada e barulhenta corresponde outra ação, silenciosa, Certeau (2000) nos adverte da necessidade de dar atenção também a essa produção, por vezes, imperceptível. Se uma corresponde à outra, percebe-se que as duas estão relacionadas e que não há uma ação formal sem que haja uma ação individual desempenhada no cotidiano.

Para Certeau (2000), atividades consideradas simples, desempenhadas diariamente, podem esconder informações importantes para o entendimento das ações cotidianas. Dessa maneira, o autor salienta que ações como habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar representam a sutileza e a astúcia desenvolvidas pelos indivíduos comuns, chamados por ele de “fracos”, para, de alguma maneira, se opor ao estabelecido pelo sistema dominante, o qual Certeau (2000) denomina como sendo “o forte”.

A partir dessa visão, o autor inverte o prisma dominante nos estudos tradicionais. Segundo ele, é preciso interessar-se não pelos produtos culturais oferecidos no mercado dos bens, mas pelas operações dos seus usuários. É mister ocupar-se com as

maneiras diferentes de marcar socialmente o desvio operado por uma prática (CERTEAU, 2000). Corroborando essa ideia, Santos (2004) afirma que o mundo do tempo real busca uma homogeneização empobrecedora e limitada, enquanto o universo do cotidiano é o mundo da heterogeneidade criadora.

Diante de tal realidade, Certeau (2000) nos apresenta um indivíduo que desloca as fronteiras de dominação e de estruturas de poder a partir de práticas de microrresistências. Tais microrresistências podem fazer com que os indivíduos não entrem em um processo de alienação, ao proporcionarem que eles busquem o seu espaço no ambiente em que atuam, não exercendo apenas o papel de espectadores de sua própria história.

Por meio desse contexto, percebemos que o cotidiano, muitas vezes, se fundamenta a partir de processos de rupturas de uma realidade já existente, uma vez que as práticas cotidianas, por vezes, não são realizadas de acordo com as leis e normas socialmente estabelecidas. Para Certeau (2000), as práticas de resistência se dão pelos elementos de dominação estabelecidos pelos “fortes” em relação aos “fracos”. Estes, por sua vez, utilizam tais práticas para se desvincularem de alguma maneira dessa dominação, mesmo que as resistências não sejam sequer percebidas, tendo em vista que, em muitos casos, a resistência se dá de maneira velada. Como afirma Certeau (2000), trata-se de escapar do poder, sem, no entanto, deixá-lo, ou seja, trata-se de ações que não manifestam claramente a rejeição ao poder estabelecido, mas que, de alguma forma, possibilitam aos indivíduos atuarem de maneira independente, muitas vezes, até utilizando as imposições para tanto.

Compreendemos, dessa maneira, que, a partir da visão de Certeau, qualquer estratégia de dominação é incompleta, visto que, quando existe dominação, existem também as práticas de resistência que visam quebra-la. Isso se dá porque os indivíduos não são capazes apenas de reproduzir ações, mas também de transformá-las, a partir de suas práticas cotidianas. Como salienta Sousa (2002), o mundo diário – mundo de profusão de gentes, falas, gestos, movimentos, coisas – abriga táticas do fazer, invenções anônimas, desvios da norma, do instituído, embora sem confronto, mas não menos instituintes. Ou seja, os indivíduos, através de suas ações particulares, muitas vezes contrárias ao formalmente estabelecido, criam e recriam o cotidiano, a partir de suas próprias regras e normas, ainda que informais. São essas microrresistências que Certeau (2000) nos convida a ver. Para que possamos compreender melhor como elas ocorrem, Certeau (2000, p. 46) apresenta-nos os conceitos de estratégias e táticas no fazer cotidiano:

Chamo de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.

As estratégias cotidianas, de acordo com Certeau (2000), são determinadas pela existência de um lugar, chamado pelo autor de próprio. É esse lugar que pode ser ocupado por instituições e, até mesmo, por pessoas que advêm das normas e regulamentos que devem ser acatados e postos em prática pelos indivíduos, aos quais Certeau (2000) denomina de fracos. Estes, por sua vez, podem resistir ao formalmente estabelecido a partir das táticas cotidianas. Para Certeau (2000, p. 46), a tática é “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo a distância.”.As táticas possuem, assim, uma natureza diferenciada. São silenciosas e não ocupam um lugar próprio. Conforme afirma Yilmaz (2013), as táticas não possuem a intenção de dirimir as estratégias impostas; trata-se de atos de resistência desenvolvidos para subverter ou distorcer, de alguma maneira, o formalmente estabelecido. Certeau (2000) salienta a importância das táticas para que os indivíduos tenham a possibilidade de construir o seu próprio cotidiano, a sua história. Dessa maneira, de acordo com Yilmaz (2013), Certeau salienta o poder do impotente, o ativismo do passivo, a produção dos não produtores.

Existe, portanto, uma diferença clara entre estratégias e táticas. Tal diferença nos é apresentada por Certeau (2000, p. 92) a partir do tipo de operações que elas são capazes de realizar: as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizar, manipular e alterar. Assim, de acordo com o autor, a tática é determinada pela ausência de poder, e a estratégia é organizada pelo postulado de um poder. Os conceitos de estratégias e táticas, no entanto, são insustentáveis quando identificados de maneira isolada. Conforme afirma Leite (2010), o cotidiano se dá a partir de um jogo articulado de práticas de dois tipos: estratégias e táticas. O autor enfatiza que, ao contrário de pensar as práticas cotidianas como sendo uma relação dicotômica entre estrutura e ação, Certeau propõe uma análise a partir de uma lógica processual e dinâmica. Logo, como pontua Peixoto (2011), a tática não almeja um lugar próprio, ela busca apenas gerar resistência, mas pode conduzir, de maneira não intencional, a conquista de um lugar que seja circunscrito como próprio. Entendemos, portanto, que, nesse jogo dinâmico do cotidiano, as táticas podem vir a se transformar em estratégias, e as estratégias em táticas, gerando o movimento silencioso das práticas.

As estratégias e táticas cotidianas estão presentes em todos os ambientes de atuação dos indivíduos, uma vez que, mesmo de maneira sutil, eles buscam demarcar o seu espaço no cotidiano. Neste estudo, também veremos como as mesmas são identificadas no ambiente cooperativo de uma feira.

### **3. QUE CAMINHOS NOS LEVARAM A ENCONTRAR O QUE PROCURÁVAMOS NO COTIDIANO DA COOPERATIVA?**

A fim de desvendar o contexto organizacional do ambiente cooperativo escolhido, bem como as micropráticas cotidianas desenvolvidas pelos indivíduos que nela atuam, realizamos uma pesquisa que, em relação à sua natureza, classifica-se como qualitativa. Para Minayo et al. (1995), a pesquisa qualitativa, no campo das ciências sociais, preocupa-se em adentrar as realidades não quantificáveis, ou seja, trabalha a partir de um universo de significados que não podem ser operacionalizados com base em variáveis.

Para a coleta de dados, utilizamos a observação participante, a qual, de acordo com Serva e Jaime (1995), ocorre em uma situação de pesquisa em que observador e observado ficam frente à frente e o processo de coleta de dados se dá no ambiente natural de vida dos observados. Estes deixam de ser vistos como objetos de pesquisa e passam a ser vistos como sujeitos em interação para um dado projeto de estudos. Nesse contexto, o pesquisador passa a fazer parte do cotidiano dos sujeitos a serem pesquisados, desempenhando até mesmo tarefas do dia a dia deles, com o intuito de entender profundamente o ambiente em que atuam e responder aos objetivos propostos na pesquisa.

Durante a realização das observações, os dados coletados por esta pesquisa foram transcritos em um diário de campo, tendo em vista que, nos estudos relacionados ao cotidiano, todos os detalhes são importantes. Pudemos perceber claramente que é nos detalhes que se escondem as riquezas da vivência cotidiana. Por vezes, frases ditas aleatoriamente, de maneira natural, pelos frequentadores ou trabalhadores da feira adquiriam um sentido extremamente relevante, uma vez que nos direcionavam às respostas que ali procurávamos.

No período de realização das observações, foram feitas também entrevistas com os “fazedores” do cotidiano da feira, ou seja, os feirantes. Por outro lado, consideramos ser importante também ouvir os gestores da cooperativa, bem como as pessoas que participaram de sua constituição e que ainda hoje mantêm vínculos com a instituição. Assim, estes também foram entrevistados.

O processo de observação participante ocorreu nos meses de fevereiro e março de 2014. Foram realizadas duas entrevistas com representantes da Emater – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural –, entidade que auxiliou no processo de implementação da cooperativa na região. Conversamos ainda com o presidente da cooperativa, com o gestor da unidade em que o estudo se desenvolveu e também com 13 produtores que se dispuseram a falar sobre suas experiências no ambiente cooperativo.

Para a análise dos dados, utilizamos a Análise de Discurso (AD), a partir da escola francesa, que tem em Michel Pêcheux (1997) seu principal expoente. Para esse autor, a AD é de fundamental importância para o campo das ciências sociais, buscando olhar para o ambiente de maneira mais crítica para perceber o que está além do que é dito através da linguagem. Dessa maneira, na análise de discurso de linha francesa, entende-se que o indivíduo não é quem formula os seus próprios discursos. Estes vêm atravessados por ideologias – o já dito – que interferem e, até mesmo, definem a fala dos indivíduos no contexto em que atuam. Logo, os indivíduos são vistos na AD a partir dos lugares que ocupam, considerando-se que eles não produzem o que querem, mas estão “subordinados” a padrões de regras que determinam o que e como se fala. De acordo com Pêcheux (1997), é impossível, portanto, analisar um discurso como um texto; é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.

Dessa forma, procuramos compreender a visão dos indivíduos imersos no cotidiano da feira livre por meio de suas manifestações discursivas. Conforme aponta Silva (2005), com o estudo do discurso, o que se busca é apreender a prática da linguagem, a fala dos indivíduos enquanto um trabalho simbólico, a qual dá sentido e os constitui e também atua em sua história.

## **4. O FAZER COTIDIANO NO CONTEXTO COOPERATIVISTA DA FEIRA**

Apresentaremos agora os principais aspectos relacionados à gestão cooperativa, a partir de nossa inserção em uma cooperativa de agricultores familiares, de pequeno porte, estabelecida na região Oeste do Estado do Paraná. Cabe salientar que os nomes utilizados aqui são fictícios.

### **4.1 A feira livre: de sua constituição à sua forma de atuação através da gestão cooperativa**

A cooperativa objeto deste estudo foi fundada em 2006, com o intuito de proporcionar aos produtores um espaço propício para a comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar. Antes de conhecermos a feira, tínhamos em mente a ideia de diversos produtores ocupando um mesmo espaço para comercializar os seus produtos, mas não foi isso o que encontramos. Em nossa primeira visita, um detalhe nos inquietou e, de certa forma, nos assustou: Onde estão os feirantes, os produtores? Ao entrarmos, nos deparamos com um ambiente muito parecido ao de uma mercearia, mas que tinha à disposição para comercialização produtos advindos da agricultura familiar.

Após alguns dias de convivência e conversa com os produtores, verificamos que essa estrutura é relativamente recente, uma vez que, no início, a feira ocorria na rua, como sugere o conceito tradicional de feiras livres. O presidente da cooperativa, aqui denominado João, nos disse: “Olha, no início, começou com feiras de rua, aos sábados. O produtor vinha e vendia na rua os produtos”. Nesse modelo, os produtores mantinham um contato direto com os consumidores que frequentavam a feira. No entanto, como ocorre em grande parte das iniciativas dos pequenos produtores rurais, eles foram influenciados pelos membros da Emater a pensar sobre a possibilidade de realizarem uma feira permanente. Iniciou-se, então, um movimento envolvendo diversos municípios da região e ficou decidido que seria melhor uma única cooperativa integrando a todos. Nas palavras do presidente da cooperativa:

001: Na verdade, quem iniciou o movimento mesmo foi a Emater, propondo, né? Porque a gente, no sítio, geralmente não sabe o que está acontecendo com leis e coisa e tal, né? Então, eles chegaram e falaram: olha tem esta situação, aí conversaram com o pessoal que tinha esses movimentos, associações, né, pra ver o que que achavam, se queriam fazer uma cooperativa em cada município, ou talvez fazer uma cooperativa só, no geral. E de início, o pessoal achou que seria mais vantagem fazer uma só.

No fragmento discursivo 001, nos chamaram atenção o termo “propondo” e o personagem “Emater”. O produtor entende que a Emater propôs a eles um modelo de trabalho para que pudessem manter suas atividades de comercialização de produtos. No entanto, ao analisarmos o dito do técnico da instituição, ao se referir ao momento de definição de qual modelo de negócio seria utilizado, pode-se perceber que não se tratava de uma proposição, mas de uma imposição, conforme pode ser identificado no fragmento abaixo:

002: Qual a saída? Cooperativa! Não tem! A gente pensou em... ainda não inventaram um... que se tenha conhecimento aqui... um modelo melhor do que cooperativa, pra agrupar pessoas com o mesmo objetivo - objetivos similares - pra atuar (Técnico da Emater).

Ainda no fragmento 001, podemos identificar a posição em que o produtor rural se coloca em relação à entidade que os “auxiliou” no processo de composição da cooperativa. Ao afirmar que, por viverem no sítio, os produtores não possuem conhecimento sobre as leis e as mudanças, o agricultor corrobora um discurso instituído em nossa sociedade de que o fato de viver na área rural faz dele inferior e sem possibilidade de adquirir conhecimento ou mesmo de ter acesso a informações. Ao abordarmos tal discurso a partir da ótica certeuniana, fica evidente a utilização dessa estratégia pela Emater, que, falando a partir do seu lugar de poder, da instituição que a mantém, e sendo conhecedora dessa perspectiva de pensamento por parte dos produtores, desenvolve estratégias para manter o pequeno produtor nessa posição de “ignorância”. Salientando a importância do conhecimento especializado que ela detém, faz com que o pequeno produtor jogue o seu jogo. Este, por sua vez, não possui, naquele momento, o seu lugar, o seu próprio, e acaba subjugado à instituição, uma vez que, como manifestado, acredita não ter condições ou conhecimentos para atuar sem o seu auxílio.

Além disso, conforme afirma uma das produtoras cooperadas, aqui denominada Maria, fatores relacionados à higiene também interferiram na mudança da estrutura da feira:

003: [...] Na verdade, assim... Na rua, eles falaram que era um lugar impróprio, tanto pela higiene, e é uma verdade, né? Então o pessoal da Emater que deu um apoio muito grande, o prefeito também e a gente decidiu fazer parte dessa associação, né? E estamos aí, é vantajoso, porque tem o lugar próprio, né?

O termo “eles” utilizado pela produtora identifica novamente o personagem Emater, que, a partir de sua atuação, leva os produtores a pensarem que as feiras de rua são impróprias. A partir de sua posição – de inferioridade –, o produtor aceita e enxerga isso como “uma verdade”. Verdade para quem, se historicamente as feiras sempre foram realizadas no ambiente da rua? Vemos aqui novamente uma verdade instituída e aceita pelos envolvidos. Portanto, a estratégia da instituição se sobressai de novo.

Antes da consolidação da cooperativa, entretanto, os produtores já estavam organizados em uma associação de pequenos produtores. Foi por meio dessa associação que os produtores abriram a sua feira permanente, mas deixaram de vender os seus produtos, uma vez que foram contratados funcionários para fazê-lo. É possível identificar aqui novamente uma estratégia utilizada para manter o produtor no campo – discurso amplamente difundido pela Emater –, sob o argumento de que, se ele vendesse os seus

próprios produtos na feira, não haveria ninguém produzindo no campo. Diversos produtores repetiram essa frase nas conversas que mantivemos com eles. Diante disso, os produtores passaram a não ter mais contato direto com os consumidores dos produtos, exceto no momento em que eles se encontravam no ambiente da feira, ou quando subvertiam o estabelecido pela cooperativa de que não podiam vender seus produtos de maneira independente. A partir da contratação de funcionários, a cooperativa perdeu aspectos da essência de seu conceito, tornando-se cada vez mais um negócio que, como tal, deve ser lucrativo.

Após um período de atuação da feira permanente gerenciada pela associação de produtores, foi implementada a Lei nº 11.326, que estabelece diretrizes para a agricultura familiar, estipulando que as associações não poderiam mais realizar atividades comerciais (BRASIL, 2006). Dessa maneira, houve a necessidade de os produtores buscarem outra forma de organização. Foi quando surgiu, a partir da Emater, a ideia da cooperativa. Percebe-se novamente aqui a influência da instituição sobre os produtores que inicialmente não queriam a cooperativa. Houve, então, um processo de convencimento, como destaca o técnico da Emater com quem conversamos:

**004:** Bom, aí nós começamos a estudar a possibilidade de construir uma cooperativa, tá... agora, ela tinha que ser uma, é... os agricultores precisavam querer, querer uma cooperativa. [...] Eles não entendiam que uma cooperativa, pela legislação, ela pode ser a reunião, organização, no mínimo de vinte produtores. Vinte produtores, pessoas físicas, podem constituir uma cooperativa. E trabalhar em conjunto! E cooperativa ela é um... ela tem objetivo social, mas a vocação dela é o econômico. Ela é um negócio! Ela é um negócio! (Técnico da Emater).

Ao dizer que os agricultores precisavam querer uma cooperativa, fica subentendido que caberia à Emater convencê-los de que eles deveriam optar por isso. Outra expressão que nos chamou atenção foi “eles não entendiam”. Era preciso, portanto, que alguém os fizesse entender, e o personagem que está oculto nesse discurso é novamente a Emater. Mais uma vez, a figura do produtor rural aparece como um ente frágil que deve ser constantemente acompanhado para tomar decisões acertadas. Nesse fragmento discursivo, fica explícito ainda que o discurso cooperativista é utilizado apenas como pano de fundo para a atuação empresarial. Ele aparece quando o enunciador se refere ao trabalho conjunto e ao objetivo social da cooperativa. No entanto, a ênfase maior está no fato de ele dizer e repetir que se trata de um negócio.

## 4.2 A “vida real” no ambiente cooperativo

Quando se pensa em atividade cooperativa, o discurso vigente nos leva a crer que se trata de uma ação coletiva de convivência harmoniosa, na qual objetivos comuns são definidos e todos trabalham de maneira conjunta para alcançá-los. No entanto, o que se pôde perceber durante o estudo realizado, foi que nem sempre as coisas acontecem de acordo com o que prega o discurso. Ora, se, por um lado, vemos que o cooperativismo não passa de uma utopia, por outro, podemos perceber outro discurso que envolve os indivíduos, qual seja, o discurso capitalista. Nesse sentido, nas conversas que tivemos com os cooperados, não identificamos em suas falas uma perspectiva de crescimento conjunto, mas, sim, de lucro individual:

**005:** A feira é assim: depende do esforço de cada um. Pode ter cinco ou dez variedades de cada produto, mas a pessoa, como qualquer um de nós... você vai comprar, você vai escolher, né... se tem aí pra escolher, você vai escolher o que tiver melhor, você vai levar. Então, você tem que procurar caprichar, pro seu produto ser vendido. O preço é um padrão, não tem o produtor chegar aqui, que nem eu chego com o meu almeirão e tem outro almeirão, vou por o meu mais barato, não... é um padrão só. Não tem assim, sabe? Então, a modificação é pelo produto mesmo, o que tiver melhor, mais bonito, vai, o que tiver feio vai ficar. [...] Eu acho bom porque daí cada produtor procura se esforçar e cuidar do seu produto que traz, né? porque eu não posso pegar um produto lá na horta, pegar e trazer e jogar aqui, né? Como têm muitos que fazem isso (Produtora Regina).

No fragmento discursivo acima descrito, está explícito que a venda dos produtos na feira depende de cada produtor, bem como da maneira como eles desenvolvem suas atividades e da qualidade dos produtos oferecidos, uma vez que o consumidor irá optar por aquele que possuir maior qualidade, pois os preços são padronizados. O fragmento 005 apresenta ainda outro aspecto que é importante para essa análise, mas que está implícito: a questão da concorrência. As frases destacadas remetem a esse contexto, no entanto, essa palavra não é dita pela produtora, uma vez que, por se tratar de um ambiente cooperativo, não se pode explicitar que existe concorrência.

Ao abordar o percentual que os produtores pagam à cooperativa, também pudemos perceber essa questão da busca pela vantagem individual:

**006:** Então, eu pago 20% do que eu entrego aqui, é muito! Então a partir do momento que nós vamos ter o nosso barracão aqui em cima, que tão construindo, ai vai mudar. Porque daí nós podemos diminuir a porcentagem da feira, vai ter mais lucro e vai chegar no ponto que nós queremos (Produtor Pedro).

No fragmento supracitado, duas expressões que se contradizem nos chamaram atenção: “nós vamos ter o nosso barracão” e “podemos diminuir a porcentagem da feira”. Na primeira, o produtor, ao dizer “nosso”, se posiciona a partir do discurso cooperativo, incluindo-se como um proprietário da cooperativa que está construindo

um novo barracão. No entanto, logo em seguida, ele utiliza o discurso capitalista e se posiciona como um fornecedor de produtos para a feira, olhando-a de fora, como um simples negociante. Aparece ainda, nitidamente, a perspectiva do lucro. Nesse caso, do lucro individual do produtor, que poderá repassar um percentual menor à cooperativa, uma vez que os seus custos serão reduzidos após a mudança para o novo prédio. Nesse fragmento, notamos que os diversos discursos – o capitalista e o “cooperativista” – estão em confronto, muito embora, pelo percurso semântico, dê para notar que é o discurso hegemônico do capitalismo que vence essa pequena batalha.

Percebe-se, portanto, que os interesses individuais dos cooperados estão acima da perspectiva de crescimento conjunto que gere o pensamento cooperativo. Os indivíduos utilizam o modelo de cooperação para alcançarem objetivos individuais, sem grande preocupação com o crescimento coletivo. Existe, portanto, uma dualidade presente no ambiente da cooperativa. Ela é gerenciada como empresa, no entanto, precisa se manter ligada, de alguma forma, aos princípios que norteiam as atividades relacionadas à cooperação, uma vez que, na teoria, esse é o seu ambiente de atuação.

Pelo que pudemos perceber, a decisão coletiva é o princípio mais evidente que remete a uma visão de cooperativismo, visto que as decisões são tomadas em assembleia. Entendemos que, apesar de a cooperativa ser gerenciada como uma empresa capitalista, o discurso de cooperação garante legitimidade às ações que são tomadas por ela, bem como os benefícios governamentais que não são disponibilizados a empresas que não possuem a conotação de cooperação. Entretanto, até mesmo nesse contexto, pode-se apreender a individualidade atuando no contexto cooperativo, já que um dos produtores com quem conversamos nos disse que muitas coisas (que não quis detalhar) são tratadas em reuniões à parte, ou seja, não são expostas a todos os associados para a tomada de decisão, conforme segue: “existe uns quatro ou cinco que pensam do jeito deles, né? E na hora das reuniões, não convidam você pra discutir” (Produtor Claudio).

Podemos identificar na fala desse produtor as estratégias utilizadas por alguns que gerenciam grande parte das atividades da cooperativa. Eles realizam reuniões sem a presença dos demais e levam decisões pré-concebidas aos produtores que estão fora desse grupo. Dessa maneira, eles não podem discutir sobre os rumos da cooperativa, apenas aceitar ou não as propostas já estruturadas que lhe são apresentadas.

A fim de garantir sua manutenção e crescimento, a cooperativa estabeleceu regras a serem cumpridas pelos produtores. Uma das mais citadas é a de que o produtor deve vender a sua produção toda através da cooperativa e apenas vender de maneira

direta se a mesma não conseguir comercializar toda a produção. No entanto, os gestores perceberam que, cada vez mais, os produtores tem vendido “por fora”, inclusive para mercados do município. O presidente, ao abordar o assunto, utiliza o poder de força da cooperativa enquanto instituição, e diz: “não é justo alguns pagarem para manter a feira (20% do total de vendas dos produtores é revertido à cooperativa) e outros venderem direto. Deixe a feira vender para os mercados!”. O técnico da Emater, por sua vez, busca atingir o emocional das pessoas ao dizer: “Somos uma grande família! Temos nossos problemas internos, mas qual a família que não tem?”. Nessa frase, o enunciador utiliza a metáfora da família, amplamente utilizada no ambiente empresarial, para sensibilizar os produtores sobre a necessidade de se manterem unidos pelos ideais da cooperativa. Isso se dá em virtude de que, em nossa cultura, a família é tida como uma instituição a ser preservada. Com isso, os indivíduos são levados a verem a organização – nesse caso, a cooperativa – como algo que deve ser preservado a qualquer custo. Logo, os mesmos esforços que se faz pela família devem ser realizados em favor da cooperativa. O que se visa, portanto, é “conscientizar” os produtores sobre a necessidade de seus produtos passarem pela cooperativa, a fim de que esta possa crescer e, assim, garantir o crescimento de todos, como uma família. Vemos novamente – mascarado pela perspectiva do cooperativismo – o discurso capitalista imperando, uma vez que, a partir da visão da “grande família”, a cooperativa visa manter o cooperado, passivamente, sob seu controle.

O que se pode perceber, porém, é que muitos produtores, por considerarem abusiva a taxa de 20% que pagam, vendem os seus produtos de maneira independente em supermercados e/ou restaurantes da cidade. Um deles afirmou: “então, eu pago 20% do que eu entrego aqui, é muito!”. No entanto, nenhum produtor falou sobre isso de maneira aberta ao ser questionado por vender apenas para a cooperativa. Percebemos que, por fazerem parte da estrutura cooperativa, os produtores buscam “se esconder” atrás do discurso cooperativo, não deixando claro que apenas utilizam a estrutura cooperativa para alcançarem interesses individuais. Porém, ao mantermos com eles um diálogo mais longo, os mesmos acabam “deixando escapar” que, por vezes, não cumprem o formalmente estabelecido. Destacamos uma conversa com uma produtora que afirmava, de maneira contundente, que toda a sua produção passava pela cooperativa, até porque, segundo ela, “não teria paciência de vender os produtos de porta em porta”. Entretanto, ao continuarmos a conversa, a seguinte frase veio à tona: “quem quer alguma coisa, vai lá em casa buscar”. O que podemos compreender é que a atitude da cooperada pode ser tida como resistência – velada – ao formalmente estabelecido. A partir dessa percepção, poderíamos traduzir o discurso apresentado pela

mesma assim: “Eu não vou vender ‘por fora’, mas se vierem até a minha casa, o que eu posso fazer?”.

Assim, mesmo fazendo parte de uma organização cooperativa, não são poucas as vezes que pudemos perceber falas e ações que manifestam resistência às normas e procedimentos formais. Tais ações, no entanto, não geram a independência dos cooperados, uma vez que eles apenas reproduzem o discurso hegemônico da sociedade capitalista, na qual estão imersos. Nos dados analisados, foi possível observar um conflito entre o discurso que os enunciadores pretendem defender – o cooperativista – e o que se manifesta, por vezes, de maneira implícita – a predominância da ideologia do capitalismo.

## 5. CONCLUSÕES

Diante do exposto, pudemos compreender que as organizações cooperativas em seu cotidiano apresentam realidades diferentes do discurso que se criou para as mesmas, o qual preconiza que o crescimento coletivo é o seu principal objetivo. Desde o processo de concepção da cooperativa, pode-se perceber que os interesses dos cooperados e da instituição são os mesmos: ambos visam o crescimento individual. A empresa cooperativa busca resultados financeiros positivos, enquanto os produtores esperam que ela possibilite a eles um espaço para a venda de seus produtos e, conseqüentemente, resultados individuais positivos. Diante disso, a realidade da concorrência entre produtores que vendem os mesmos produtos aparece no ambiente da cooperativa. Pode-se entender que ambos estão sendo usados e, ao mesmo tempo, usando um ao outro para que os seus interesses sejam alcançados. Não se trata de uma atividade de mútua cooperação, mas de um jogo de interesses.

Nesse contexto, observa-se um discurso alienante que emerge nas ações tomadas pelos cooperados e pela cooperativa, sendo difícil aos indivíduos envolvidos se desvencilharem dele. É o que pudemos ver no ambiente estudado. Tanto os cooperados quanto a instituição agem a partir dos princípios do discurso hegemônico do capitalismo. Logo, o discurso de ajuda mútua e da “grande família” que a cooperativa forma vale apenas enquanto os interesses individuais não são afetados. Quando estes entram em cena, são os que prevalecem, ainda que nenhuma das partes confirme isso explicitamente.

Dessa maneira, as táticas cotidianas emergem continuamente. Ao olharmos a partir do que a cooperativa espera de seus cooperados – que cumpram com o

estabelecido para que ela alcance seus objetivos –, podemos ver uma subversão às normas por parte dos produtores. No entanto, essa dita subversão serve a outro discurso, o capitalista, a partir do qual a prosperidade financeira é o objetivo principal, tornando-se, portanto, o norteador das ações da cooperativa e dos cooperados. Assim, a instituição cooperativa busca estratégias para tentar neutralizar as ações dos cooperados. No entanto, tais estratégias não visam fazer com que o ideário do cooperativismo prevaleça, uma vez que há tempos as cooperativas não possuem mais esse ideal.

A partir do que foi analisado, entendemos que o discurso hegemônico em nossa sociedade, baseado no capital, mantém as pessoas atreladas a ele, ainda que estejam em um ambiente propício à subversão e resistência, como poderia ser o ambiente cooperativo, caso este não estivesse tão fortemente vinculado ao capitalismo. O que se pôde perceber, portanto, foi que as pessoas vivem de maneira alienada dentro desse modelo econômico e não conseguem se desvencilhar dele. No entanto, elas não assumem esse posicionamento de maneira explícita. Logo, o discurso cooperativo aparece nas falas tanto dos representantes da instituição quanto dos cooperados, mas as suas ações não sustentam o que dizem.

Vimos que, talvez, por não terem consciência da alienação em que vivem, os indivíduos sequer tentam quebrar os elos que os prendem ao discurso hegemônico. Assim, o cotidiano pesquisado, que poderia ser um espaço de inventividade, acaba diminuído em um local de rotinização, no qual cada indivíduo busca suas realizações individuais. Desse modo, se nosso objetivo neste trabalho era compreender de que maneira os indivíduos se posicionam em seu cotidiano a fim de romperem com os processos de alienação inerentes ao mesmo, a investigação mostrou que pouquíssimas vezes eles conseguem realizar esse rompimento, e que, nas raras vezes em que tentam utilizar suas táticas ou movimentos de microrresistência, ou, nos dizeres de Certeau (2000), em que tentam escapar ao poder, não o deixam totalmente, pois suas ações não manifestam claramente sua rejeição ao poder estabelecido.

Dessa forma, acreditamos que o presente estudo apresenta contribuições teóricas em relação aos estudos do cotidiano. Foi possível perceber que, mesmo partindo de linhas de pensamento diferentes, as teorias propostas pelos autores do cotidiano tidos como base para este estudo somam-se umas às outras. Portanto, acreditamos que é possível entendê-las como complementares. Assim, a partir das análises realizadas, pudemos verificar que o cotidiano, da forma como o entendem Heller (2000) e Lefebvre (1991), é uma realidade que existe e aliena. No entanto, como diz Certeau (2000), pode

ser construído e reconstruído pelos indivíduos que o compõe, muito embora eles não escapem do poder que os abraça. Essas “escapadas” são momentos fugidios e, até mesmo, ilusórios, como pudemos ver em alguns momentos da presente investigação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. P. N. C. **Fazendo a feira**: Estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. 2009. 136f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG.

BARREIRA, M. R. A. **Henri Lefebvre**: A crítica da vida cotidiana na experiência da modernidade. 2009. 169f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: 2, morar,cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUIMARÃES, G. T. D. **Historiografia da Cotidianidade**: nos labirintos do discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JINKINGS, I. Nota à edição. In.: MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Atica, 1991.

LEITE, R. P. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 2010, p. 737-756.

LEVIGARD, Y. E.; BARBOSA, R. M. Incertezas e cotidiano: uma breve reflexão. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 62, n. 1, 2010, p. 84-89.

MAFRA, J. F. O cotidiano e as necessidades da vida individual: uma aproximação da antropologia de Agnes Heller. **Educação e Linguagem**, v. 13, n. 21, jan./jun. 2010, p. 1-15.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social**: teoria métodos e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995.

PAULO NETO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethânia S. Mariani et al. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PEIXOTO, D. L. **Estratégias e táticas cotidianas**: um estudo sobre os sentidos das práticas sociais e suas influências no fazer estratégia de uma barraca em feiras-livres. 2011, 107f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

PIRENNE, H. **História Econômica e Social da Idade Média**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SERVA, M.; JAIME JR, P. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 64-79, mai./jun. 1995.

SILVA, M. A. S. M. Sobre a análise do discurso. **Revista de Psicologia da UNESP**, n. 4, v.1, p. 16-40, 2005.

SOUSA, A. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. **Sociabilidades**, São Paulo, v. 2, p. 129-134, 2002.

VERONEZE, R. T. Agnes Heller: cotidiano e individualidade – uma experiência em sala de aula. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 162-172, jan./jun. 2013.

YILMAZ, G. G. Tactics in Daily Life Practices and Different forms of Resistance: The Case of Turks in Germany. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, v. 82, p. 66-73, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.06.226>>.

---

\* As autoras agradecem a Fundação Araucária para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná pelo apoio recebido para a realização desta pesquisa.

---

*Josiane Barbosa Gouvêa*

Bacharel em Administração pela Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste). Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Aluna de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Administração da UEM - Universidade Estadual de Maringá.

---

*Elisa Yoshie Ichikawa*

Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Engenharia de Produção também pela UFSC. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/UFMG). Pesquisadora com bolsa em produtividade em pesquisa da Fundação Araucária para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná.